

DA POLÍTICA À PRÁTICA: MECANISMOS INSTITUCIONAIS DE ACESSIBILIDADE E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NEURODIVERGENTES NOS CURSOS DE ENGENHARIA

Esdras Jonathan Honorato Costa (1)

Renato Martins das Neves (2)

(1) Instituto Federal de Alagoas – IFAL, Campus Maceió

e-mail: esdras.costa@ifal.edu.br

(2) *FEC/UFP*A

e-mail: rmdasneves@gmail.com

1. Apresentação e Justificativa

A inclusão de estudantes neurodivergentes (com Transtorno do Espectro Autista – TEA, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH, dislexia e demais condições) nos cursos de Engenharia configura-se como um desafio crescente e ainda pouco sistematizado na Educação em Engenharia brasileira. O arcabouço legal vem se consolidando e se atualizando: além da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), da Lei nº 12.764/2012 (Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA) e da Lei nº 14.254/2021, destaca-se a recente Lei nº 15.256/2025, sancionada em novembro de 2025 e em fase de implementação ao longo de 2026, que altera a Lei nº 12.764/2012 para incentivar o diagnóstico do TEA em pessoas adultas e idosas. Essa atualização legislativa é particularmente relevante para a Educação Superior, pois reconhece que parte significativa do público universitário pode chegar à graduação sem diagnóstico formal, o que reforça a necessidade de mecanismos institucionais sensíveis ao diagnóstico tardio e à identificação ao longo da trajetória acadêmica. Observa-se, contudo, um descompasso relevante entre o que está formalmente previsto em Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e Núcleos Docentes Estruturantes (NDE), e o que efetivamente se traduz em práticas pedagógicas, permanência e formação docente nas salas de aula e laboratórios de Engenharia.

Estudos recentes sobre compliance documental em PPCs de Engenharia Civil têm revelado lacunas universais entre instituições de diferentes regiões do país, sugerindo que a distância entre política e prática não é um problema isolado, mas um padrão estrutural na formação em Engenharia. Diante disso, esta Sessão

Dirigida propõe reunir pesquisadores de distintas Instituições de Ensino Superior (IES) para debater, de forma interinstitucional e interdisciplinar, os mecanismos, documentais, pedagógicos, tecnológicos e de gestão acadêmica, que de fato viabilizam (ou dificultam) a acessibilidade e a permanência de estudantes neurodivergentes ao longo da formação em Engenharia.

As Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Engenharia (Resolução CNE/CES nº 2/2019) reforçam a necessidade de uma formação centrada no desenvolvimento de competências, na aprendizagem ativa, na responsabilidade social e na valorização da diversidade humana. Nesse contexto, a promoção de ambientes educacionais acessíveis e inclusivos deixa de representar apenas uma exigência legal para constituir um elemento essencial da qualidade da formação em Engenharia. A permanência e o sucesso acadêmico de estudantes neurodivergentes dependem não apenas de adaptações individuais, mas também da capacidade institucional de integrar políticas de inclusão, gestão acadêmica, inovação pedagógica e formação docente em uma perspectiva sistêmica. Assim, discutir mecanismos institucionais que favoreçam a acessibilidade e a permanência estudantil significa contribuir diretamente para a implementação das DCNs, fortalecendo cursos de Engenharia mais equitativos, inovadores e comprometidos com a formação de profissionais preparados para atuar em uma sociedade diversa e socialmente responsável.

Diante desse cenário, esta Sessão Dirigida propõe reunir pesquisadores de diferentes Instituições de Ensino Superior para compartilhar evidências científicas, experiências institucionais e práticas pedagógicas inovadoras, visando construir recomendações e estratégias que aproximem as políticas de inclusão da realidade vivenciada nos cursos de Engenharia. Ao promover esse diálogo interinstitucional, pretende-se contribuir para a consolidação de uma agenda nacional de pesquisa e para o fortalecimento de políticas de acessibilidade e permanência alinhadas às Diretrizes Curriculares Nacionais da Engenharia.

2. Objetivos

Esta Sessão Dirigida tem como objetivo geral reunir pesquisadores e docentes de diferentes Instituições de Ensino Superior para discutir, sistematizar e propor estratégias institucionais e

pedagógicas que promovam a acessibilidade, a permanência e o sucesso acadêmico de estudantes neurodivergentes nos cursos de Engenharia, articulando políticas públicas, gestão acadêmica, inovação pedagógica e formação docente.

Especificamente, pretende-se:

- Mapear o grau de aderência dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) às legislações e diretrizes relacionadas à acessibilidade e à educação inclusiva;
- Analisar experiências institucionais voltadas à permanência, retenção e ao sucesso acadêmico de estudantes neurodivergentes nos cursos de Engenharia;
- Discutir adaptações pedagógicas, curriculares e avaliativas em disciplinas de formação básica e profissional, considerando diferentes perfis de neurodivergência, como TEA, TDAH, dislexia e outras condições;
- Identificar práticas inovadoras envolvendo tecnologias assistivas, recursos digitais e Inteligência Artificial como instrumentos de apoio à aprendizagem e à acessibilidade acadêmica;
- Debater estratégias de formação inicial e continuada de docentes para atuação em contextos inclusivos, especialmente em ambientes laboratoriais e de ensino prático da Engenharia;
- Sistematizar boas práticas institucionais passíveis de replicação em diferentes Instituições de Ensino Superior;
- Elaborar recomendações que possam subsidiar coordenadores de curso, NDE, NAPNE, gestores acadêmicos e docentes na construção de políticas institucionais voltadas à inclusão e permanência de estudantes neurodivergentes;
- Contribuir para a consolidação de uma agenda nacional de pesquisa sobre neurodiversidade, acessibilidade e inovação pedagógica na Educação em Engenharia.

3. Aspectos Teórico-Metodológicos

A SD adota como referencial teórico-metodológico abordagens consolidadas na pesquisa documental e em políticas públicas educacionais, com destaque para a análise de conteúdo de Bardin,

a análise documental de Cellard e o ciclo de políticas públicas de Ball, Bowe e Gold, articulados ao arcabouço legal brasileiro de inclusão (LBI, Lei nº 12.764/2012, Lei nº 14.254/2021, Lei nº 15.256/2025) e às normativas mais recentes, como os Decretos nº 12.686/2025 e nº 12.773/2025. Os trabalhos a serem selecionados poderão adotar abordagens qualitativas, quantitativas ou mistas, contemplando desde diagnósticos documentais de compliance normativa até estudos de caso pedagógicos e levantamentos quantitativos de permanência e evasão, favorecendo o diálogo entre diferentes tradições metodológicas em torno de um mesmo problema de pesquisa.

4. Contribuições e Resultados Esperados

Espera-se que a Sessão Dirigida constitua um espaço nacional de articulação entre pesquisadores, docentes e gestores comprometidos com a promoção da inclusão na Educação em Engenharia, favorecendo o intercâmbio de experiências, a socialização de evidências científicas e a construção coletiva de soluções para os desafios relacionados à permanência acadêmica de estudantes neurodivergentes.

Como resultados, espera-se:

- A produção de um capítulo de livro reunindo os trabalhos selecionados e as principais discussões desenvolvidas durante a Sessão Dirigida;
- A sistematização de recomendações para atualização de Projetos Pedagógicos de Curso, fortalecimento da atuação dos NAPNE e aprimoramento das ações dos Núcleos Docentes Estruturantes voltadas à acessibilidade e à permanência estudantil;
- A identificação e divulgação de práticas pedagógicas inovadoras e de estratégias institucionais exitosas que possam ser adaptadas e replicadas em diferentes contextos da Educação em Engenharia;
- A proposição de indicadores institucionais que auxiliem o acompanhamento das políticas de inclusão, permanência e sucesso acadêmico de estudantes neurodivergentes;
- O fortalecimento de uma rede interinstitucional de pesquisadores dedicada à produção de conhecimento sobre neurodiversidade, acessibilidade e inovação pedagógica na

Engenharia, fomentando futuras pesquisas, projetos colaborativos e publicações científicas;

- A ampliação do debate nacional sobre políticas institucionais de inclusão, contribuindo para aproximar as exigências legais das práticas efetivamente desenvolvidas nas Instituições de Ensino Superior e para fortalecer uma cultura de equidade e inovação na formação em Engenharia.

5. Pesquisadores Sugeridos (demais IES)

Em conformidade com o Edital, que exige a indicação de, pelo menos, três pesquisadores de IES distintas das dos Coordenadores que atuem na temática, sugere-se a seguinte listagem (a ser confirmada e complementada pelos proponentes):

1. Adriana Maria Gomes do Nascimento – SECTET – linha de pesquisa: inclusão e NAPNE
2. Teófilo Alves Galvão Filho – UFBA – linha de pesquisa: ex. educação especial e tecnologia assistiva
3. Adriana Crispim de Freitas - UFMA - linha de pesquisa: ex. permanência e evasão em Engenharia